



FIQUE POR DENTRO

# REGISTRO ELETRÔNICO

26 DE JUNHO DE 2018 - nº 02



## SINDICATO REAGE À AMEAÇA DE JORNADAS DE REVEZAMENTO E ACIONA MINISTÉRIO PÚBLICO

O SINDAGUA recebeu da Copasa o ofício 051/2018, datado de 14 de junho, que mereceu o nosso repúdio e reação.

No documento, o diretor de Gestão Corporativa, Francisco Cançado, afirmava que a empresa iria adotar duas medidas sobre as quais não concordamos e resistiremos em todas as instâncias. Na primeira delas, afirmava que a empresa não faria pagamentos de adicionais de insalubridade para atividades de operadores de ETAs. Na segunda, assegurava que iria implementar as escalas de revezamento nas áreas operacionais da empresa e que estaria atendendo o Ministério Público do Trabalho (MPT).

O Sindicato acionou imediatamente o setor jurídico, que entrou com ação na procuradoria do MPT, pois a Copasa estava atropelando prazo solicitado, inicialmente de 30 dias, e estendido por

mais 60 dias para que fosse estudada uma solução. Mostramos ao MPT que a medida da Copasa procurava transformar seus plantões em escalas de revezamento, sujeitando os trabalhadores a jornadas extenuantes para suprir a extraordinária carência de mão-de-obra e para evitar o pagamento de horas extras.

Na manhã desta terça-feira, 26, foi realizada reunião com diretores da Copasa, onde ouviram do seu próprio corpo jurídico que a medida pretendida feria Acordo Coletivo de Trabalho e suscitava ao Sindicato ampla condição de defesa do direito constituído.

A direção da empresa agendou uma reunião com o Sindicato para a próxima quinta-feira, momento em que apostamos no bom senso da empresa para reverter as medidas irregulares e que trariam sérios prejuízos aos trabalhadores e à própria Copasa.

## PRIVATIZAÇÃO NA COPASA

Foi realizada na manhã desta terça, 26, no auditório da Copasa, a Sessão Pública de esclarecimento do "Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI COPASA 001/2018, cujo objetivo entreguista é repassar para a iniciativa privada a operação de sistemas de esgoto.

Vários representantes de empresa compareceram, manifestando interesse em tomar da Copasa serviços concedidos por municípios através de contratos de programa.

O SINDÁGUA, apoiado pelo Sindieletro, Sind-UTE e CUT fizeram manifestação na portaria da Copasa contra esta iniciativa privatista, de entregar serviços fins da empresa para Parceria Público Privada (PPP), lembrando o desastre da PPP do Rio Manso e, sobretudo, a mesma tentativa frustrada para o sistema de esgotamento sanitário de Divinópolis, que acabou mobilizando a população local contra a iniciativa.

O presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, criticou a iniciativa do diretor Sul, Frederico



Fred, autor do projeto



Ferramenta, que acumula a diretoria Financeira da Copasa, que contraria compromisso assumido pelo governador de Minas, Fernando Pimentel, e reiterado diversas vezes em discurso da presidenta da Copasa, Sinara Meirelles.

O SINDÁGUA se manifestou diante de todos os interessados em participar da PPP como radicalmente contrário à medida e que faremos tudo para impedir o entreguismo do patrimônio público para a privatização, o que compromete nosso trabalho intenso para a universalização do saneamento.